

## Apagão em agências ameaça fiscalização em barragens e rodovias

Serviço público Falta de pessoal

# Apagão em agências federais ameaça fiscalização de serviços

— Levantamento do 'Estadão' indica que 32,2% dos cargos estão vagos; falta de concursos públicos explica desfalque em órgãos de controle

ANDRÉ BORGES  
BRASÍLIA

Um apagão generalizado pode comprometer os serviços de fiscalização das agências reguladoras federais, órgãos que têm papel crucial no funcionamento de setores como mineração, transporte e energia, além de outros ligados a áreas de saúde e comunicação.

O Estadão fez um levantamento do quadro das 11 agências que estão sob o crivo do governo federal. O cenário, que reúne dados do Portal da Transparência, das próprias

agências e do Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (Sinagências), revela que atualmente, na média, 32,2% dos cargos previstos por lei nesses órgãos estão vagos.

A situação mais crítica é na Agência Nacional de Mineração (ANM), criada em 2017 para substituir o antigo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Por lei, a ANM, que é responsável por fiscalizar um setor que movimenta R\$ 340 bilhões por ano – o equivalente a 4% de todas as riquezas produzidas no Brasil –, teria de

ter 2.121 servidores em plena atividade, mas conta hoje com 664, menos de um terço do quadro.

**Desfalque**  
**A Agência Nacional de Mineração, por exemplo, deveria ter 2.121 servidores, mas conta com 664**

Outro caso delicado é o da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que tem a missão de fiscalizar todas as estradas e ferrovias concedidas pelo governo federal.

A lei determina que o órgão deve contar com 1.705 servidores para tocar o seu dia a dia. Hoje, a agência conta com 929 funcionários na ativa, o equivalente a 54,4% da força de trabalho exigida.

“Sem dúvida estamos diante de um apagão generalizado e, se nada for feito, essas agências vão colapsar”, disse ao Estadão o presidente do Sinagências, Cleber Ferreira. “Os dados falam por si. É preciso que este novo governo faça algo urgentemente, pelo menos nas situações mais graves. Estamos falando de setores vitais”, disse Ferreira.

**DIAGNÓSTICO.** Um conjunto de fatores explica o cenário. O governo federal paralisou a maior parte dos concursos públicos nos últimos anos – a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), por exemplo, não tem um processo seletivo desde 2010. Já na Agência Nacional do Petróleo (ANP) isso não ocorre desde 2015. O governo também não repôs as posições abertas com aposentadorias e remanejamento de servidores aos seus postos de origem.

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos declarou que o “governo reconhece que diversos órgãos precisam ser reconstruídos ou reforçados”. “O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos está realizando estudos sobre o cenário atual da força de trabalho na administração pública federal e as demandas de novos concursos e contratações encaminhadas pelos órgãos e entidades ao órgão central de gestão de pessoas do governo federal”, afirmou, em nota. ●

**NESMO APÓS DESASTRES, FISCALIZAÇÃO TEM QUADRO DESFALCADO. PÁG. B2**

# Mesmo após desastres em barragens, fiscalização tem quadro desfalcado

**Agência Nacional de Mineração tem 34 servidores para averiguar 928 diques do País; regra prevê 55 funcionários**

ANDRÉ BORGES  
BRASÍLIA

Mesmo após o rompimento das barragens de Mariana e de Brumadinho – esta última completa quatro anos hoje –, a equipe de fiscalização da Agência Nacional de Mineração (ANM) dedicada exclusivamente às barragens de rejeito sofre com a falta de 40% de pessoal. São 928 barragens para fiscalizar em todo o País, mas o time conta com 34 pessoas, sendo que as regras internas exigem 55 profissionais.

Apenas cinco servidores estão dedicados à fiscalização de cerca de 35 mil processos de pagamento da chamada Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem), o encargo bilionário que deve ser pago pelas mineradoras. Sem condições de realizar esse trabalho, já se acumulam na ANM 8 mil processos sem análise.

Em julho do ano passado, a ANM fez um concurso para contratação de 40 engenheiros, mas ninguém assumiu o posto devido ao calendário elei-

uma portaria do governo federal para começar a trabalhar.

Paralelamente, a ANM espera, ainda, a equiparação salarial de seus cargos em relação aos pagos pelas outras dez agências federais. Em média, a remuneração na ANM para um cargo de mesma categoria é 46% inferior. Procurada, a ANM não se manifestou. Em nota, o Ministério de Minas e Energia disse apenas que “acompanha a questão, respeitada a autonomia das agências reguladoras” e que a pasta “tem buscado zelar pelo pleno cumprimento das ações de regulação e fiscalização”.

**Salários Na ANM, os rendimentos são em média 46% menores do que os das demais agências federais**

No setor de transportes o cenário não é muito diferente. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) precisa fiscalizar 24 concessões rodoviárias, que somam mais de 13 mil quilômetros. Nas ferrovias, são mais 16 concessões com 29.925 quilômetros, além de outros 3.228 quilômetros em construção. O número estimado pela própria agência como “o ideal para que houvesse uma melhor cobertura de pre-

a ANTT dispõe de 363 pessoas.

“Atualmente, o quadro de servidores da ANTT conta com uma defasagem de 45,51%, contabilizando 776 vagas não providas em relação às 1.705 previstas na lei”, declarou a agência. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) também não consegue autorização para renovar seu quadro desde 2010. Hoje o déficit de mão de obra é de 24%.

A situação é a mesma na Agência Nacional do Petróleo e Biocombustíveis (ANP), que sofre com a defasagem de 125 cargos efetivos previstos em lei. O último concurso público foi realizado em 2015, com apenas 34 vagas de técnicos voltadas à substituição de terceirizados. A defasagem salarial dos servidores é outro problema. De 2017 para cá, chega a 34,18%. “Isso contribui diretamente para pedidos de exoneração de servidores da agência”, afirmou a ANP.

Na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) há necessidade de recorrer frequentemente a funcionários do Ministério da Saúde e demais órgãos. Por meio de nota, a Anvisa declarou que a realização de concurso público para recomposição de sua força de trabalho é uma “condição essencial para qualquer esforço presente e futuro das atividades da agência”. Seu quadro está 7%

## 'APAGÃO' DAS AGÊNCIAS

Quadro de servidores das 11 agências reguladoras federais

AGÊNCIA	NÚMERO ATUAL DE SERVIDORES	NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS EM LEI	POSTOS VAGOS (EM PORCENTAGEM)
AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM)	664	2.121	68,7
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT)	995	1.764	44,2
AGÊNCIA NACIONAL DA AVIAÇÃO CIVIL (ANAC)	1.257	1.828	31,3
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA)	288	397	27,5
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL)	1.303	1.771	26,5
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (ANTAQ)	257	477	25,2
AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL)	590	776	24
AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP)	684	811	15,6
AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS)	609	709	14,1
AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)	1.511	1.634	7,6
AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA (ANCINE)	334	361	7,5
<b>TOTAL DE VAGAS PREVISTAS EM LEI</b>	<b>12.649</b>	<b>8.582</b>	<b>32,2%</b>

FONTE: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, COMPILADO POR SINAGÊNCIAS / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

### Anatel foi a primeira; depois dela, governo criou mais 10 agências

As agências reguladoras começaram a ser criadas em 1997 no governo Fernando Henrique Cardoso. Com o avanço dos processos de privatização e concessão, o governo deixou de atuar como um “provedor” para assumir o papel de “fiscalizador e regulador”, impondo obrigações e metas às empresas que passaram a explorar os bens da União.

A primeira foi a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) na esteira da privatização da telefonia no

federais em atividade no País.

Flávio Willeman, professor da FGV e autor do livro *Responsabilidade Civil das Agências Reguladoras*, lembra que “a prestação de serviços públicos adequados é um dever constitucional e também legal, à medida que assim impõem a Lei de Concessões de serviços públicos e o Código do Consumidor”.

“Como se trata, no mais das vezes, de serviços com investimentos bilionários, a alta especialização da assessoria prestada às concessionárias tem de encontrar, nas agências reguladoras, profissionais tão ou mais preparados”, completa Tomaz Acunino, procura-

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia & Negócios Caderno: B Pagina: 1 e 2